

Reescalonamento de US\$ 3,2 bilhões

Div. Externa

GAZETA MERCANTIL

22 DE 7 1986

por Art Pine
do The Wall Street Journal

Os credores brasileiros do Clube de Paris concordaram em iniciar negociações sobre o reescalonamento de cerca de US\$ 3,2 bilhões de débitos em atraso relacionados com a dívida externa brasileira sem que o País esteja respaldado por um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A decisão do Clube de Paris, um comitê informal compreendendo representantes de governos credores, marcou uma vitória para o Brasil, que se recusou categoricamente a negociar um acordo com o FMI. O ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro, sustenta que fazer isso seria um anátema político, porque seria considerado pelos eleitores como uma perda em sua soberania.

Se as negociações com o Clube de Paris, que terão

início a 19 de janeiro, forem bem-sucedidas, elas abrirão o caminho para o Brasil iniciar negociações sobre um amplo novo pacote de empréstimos de bancos comerciais. Os bancos recusavam-se até agora a sequer considerar um pedido brasileiro de novas verbas até que fosse resolvido o litígio com o Clube de Paris. O Brasil também pretende que os bancos reescalonem alguns de seus empréstimos existentes a taxas de juro menores. Estas conversações poderiam ter início ainda no primeiro trimestre do ano que vem.

O acordo foi alcançado com a ajuda dos Estados Unidos, que anteriormente se opunham às gestões empreendidas pelo Brasil de formalmente assinar um acordo com o FMI. Em vez de um acordo formal, a junta executiva de 22 membros do FMI enviou ao Clube de Paris uma carta externando sua aprovação ao

programa econômico interno adotado pelo governo brasileiro.

O presidente brasileiro, José Sarney, anunciou o programa no fim do mês passado como um passo no sentido de reduzir a taxa de crescimento de 10% que estava ameaçando reestimar a hiperinflação no País.

O Brasil sustenta que seu próprio programa de reestruturação econômica tem-se mostrado tão rigoroso quanto qualquer outro que o FMI pudesse vir a propor. O plano prevê a redução, no próximo ano, de cerca de 4,5% do "mirabolante" crescimento brasileiro.

O acordo com o Clube de Paris deverá abrir o caminho para Brasília começar a barganha formal para renegociar a maior parte dos US\$ 105 bilhões de sua dívida externa e pedir aos bancos comerciais novos empréstimos para ajudar a fortalecer suas reservas em vista de uma deterioração nos excedentes comerciais.

Funaro revelou que Brasília pedirá taxas menores de juro para seus bancos credores.

Um reescalonamento também poderia voltar a colocar o Brasil em condições de receber financiamentos à exportação por parte de agências governamentais como o Export-Import Bank dos Estados Unidos, que vinha recusando-se a fornecer financiamento comercial ao País enquanto suas contas com o Clube de Paris estivessem em atraso.

O Brasil ainda necessita desenvolver um sistema para as autoridades internacionais monitorarem o programa de reestruturação econômica do País de forma a que possam informar os bancos comerciais sobre seu funcionamento. Em situações como esta do Brasil, este trabalho usualmente é procedido pelo FMI.